

M/LEGATE



Morison KSi
Independent member

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

São Paulo, 16 de julho de 2021.

Ao
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
São Paulo- SP

Atenção do Sra. Samira Bueno

Prezados

Estamos encaminhando a V.Sas. 02 (duas) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP033482/O-3



Marcos Vinicius Bernardo

CT CRC Nº 1SP258014/O-0

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

	Páginas
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2019

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas comparativamente, foram objeto de nossa auditoria, com relatório emitido em 15/07/2020, contendo opinião modificada sobre ausência de conciliação e controle do saldo de Projetos a Realizar.



RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 16 de julho de 2021.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3



Marcos Vinicius Bernardo
CT CRC Nº 1SP258014/O-0

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em Reais)

		2020	2019
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.187.858	2.540.542
Contas a Receber	5	38.279	126.133
Impostos a Recuperar		8.407	12.009
Outros Créditos		26.590	23.693
Total do Circulante		2.261.134	2.702.377
Não Circulante			
Depósitos Judiciais		9.189	9.189
Títulos de Capitalização		30.000	30.000
Imobilizado	6, a	68.569	36.974
Imobilizado - Projetos	6, b	12.971	-
Total do Não Circulante		120.729	76.163
Total do Ativo		2.381.863	2.778.540
PASSIVO			
	Nota		
Circulante			
Fornecedores		128.508	35.828
Obrigações Trabalhistas	7	183.174	151.896
Obrigações Tributárias		14.769	19.286
Projeto Ministério da Justiça	8	122.121	201.373
Projetos a Realizar	9	1.616.789	2.315.697
Outras Obrigações		300	300
Total do Circulante		2.065.661	2.724.380
Não Circulante			
Projetos a Realizar - Imobilizado		12.971	-
Provisão para Contingências	10	313.037	313.037
		326.008	313.037
Patrimônio Líquido	11		
Patrimônio Social		(258.877)	(890.537)
Superávit do Exercício		249.071	631.660
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(9.806)	(258.877)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.381.863	2.778.540

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

		2020	2019
Receitas Operacionais	Nota		
Com Restrição			
Projetos Privados	8 e 9	3.960.581	3.640.296
		3.960.581	3.640.296
Sem Restrição			
Prestação de serviços	12	505.092	348.455
Anuidades		39.983	37.988
Doações		186.164	438.157
Receitas financeiras		240	41.177
Receitas diversas		9.832	177
		741.311	865.954
Receita Operacional Líquida		4.701.892	4.506.250
Custos e Despesas Operacionais			
Com Restrição			
Custo dos projetos privados	8 e 9	(3.960.581)	(3.640.296)
		(3.960.581)	(3.640.296)
Sem Restrição			
Despesas com pessoal		(39.171)	(58.937)
Despesas com serviços de terceiros		(332.063)	(46.474)
Despesas gerais e administrativas		(88.937)	(87.057)
Despesas tributárias		(6.924)	(4.701)
Despesas financeiras		(6.503)	(10.890)
Despesas com depreciação		(18.642)	(13.192)
Provisão para demandas judiciais		-	(13.043)
		(492.240)	(234.294)
Total dos Custos e Despesas Operacionais		(4.452.821)	(3.874.590)
Superávit do Exercício		249.071	631.660

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(442.365)	(448.172)	(890.537)
Transferência para Patrimônio Social	(448.172)	448.172	-
Superávit do Exercício	-	631.660	631.660
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(890.537)	631.660	(258.877)
Transferência para Patrimônio Social	631.660	(631.660)	-
Superávit do Exercício	-	249.071	249.071
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(258.877)	249.071	(9.806)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	249.071	631.660
Ajustes ao Resultado do Exercício		
Depreciação e Amortização	18.642	13.193
Complemento de Provisão para Contingências	-	13.043
Superávit Ajustado	267.713	657.896
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a Receber	87.854	202.061
Impostos a Recuperar	3.602	(11.958)
Outros Créditos	(2.897)	(9.236)
Títulos de Capitalização	-	(30.000)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	92.680	13.110
Obrigações Trabalhistas	31.278	13.098
Obrigações Tributárias	(4.517)	(21.178)
Projetos Ministério da Justiça	(79.252)	(138.659)
Projetos a Realizar	(698.908)	1.449.603
Outras Obrigações	-	300
Receita Diferida	-	(165.000)
Projetos a Realizar - Imobilizados	12.971	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(289.476)	1.960.037
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado - próprios	(50.237)	-
Aquisições de Imobilizado - projetos	(12.971)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(63.208)	-
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(352.684)	1.960.037
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.540.542	580.505
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	2.187.858	2.540.542
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	(352.684)	1.960.037

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, constituída em 05/2006, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

Para a continuidade operacional, diante da crise financeira que atinge a entidade, cujo agravamento se deu ao longo de 2017, a administração vem adotando como principais medidas:

- Renegociação de contratos, redução e / ou troca de fornecedores.
- Redução de custos fixos e folha de pagamento.
- Diversificação das fontes de receitas, priorizando o diálogo com o setor privado
- Revisão da estratégia de captação e criação de um conselho consultivo que apoie a diretoria executiva nas estratégias de captação de recursos.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no. 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o déficit do exercício é igual ao déficit abrangente total.

b. Isenção tributária

A Entidade é isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro, por conta de sua natureza e de acordo com o artigo 15 da Lei 9.532/1998. É contribuinte do PIS sobre folha de salários e da COFINS sobre as receitas não próprias, de acordo com a Instrução Normativa 1.911/2019.

A Entidade é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, em conformidade com a Lei nº 9.790/99 regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência.

A Administração da Entidade avalia periodicamente a necessidade da constituição de perdas de crédito esperadas que é mensurada com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

c. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

d. Intangível

Corresponde a Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f. Projetos a Realizar

Referem-se a contratos firmados para a realização de projetos com instituições privadas. Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados pelo regime de competência ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

g. Provisão para Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

h. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

i. Patrimônio Líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

j.1 Receitas com restrições

As receitas obtidas com a celebração e execução de projetos que implicam em contrapartidas para a organização (entrega de produtos, pesquisas, atividades e prestações de contas). São registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as ações previstas no plano de trabalho são executadas e os custos são incorridos, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

j.2 Receita sem restrições

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações sem contrapartida específica) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Sem restrição		
Caixa	3.000	3.000
Bancos	26.524	4.303
Aplicações Financeiras	289.345	14.206
	318.869	21.509
Com restrição		
Bancos	1	15.050
Aplicações Financeiras	1.868.988	2.503.983
	1.868.989	2.519.033
Total	2.187.858	2.540.542

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

5. CONTAS A RECEBER

	2020	2019
Contribuições a Receber	5.220	675
Prestação de Serviços a Receber	33.058	125.458
Total	38.279	126.133

6. IMOBILIZADO

a. Imobilizado próprio

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %	Custo 2019	Adições	Custo 2020	Deprec.	Imobilizado
					Acumulada 2020	Líquido 2020
Instalações	10%	14.372	-	14.372	(14.372)	-
Máquinas e Equipamentos	10%	2.100	-	2.100	(2.100)	-
Móveis e Utensílios	10%	62.467	-	62.467	(52.497)	9.970
Equipamentos de Informática	20%	93.861	30.554	124.415	(85.499)	38.916
Equipamentos de Telefonia	10%	3.301	19.683	22.984	(3.301)	19.683
Total		176.101	50.237	226.338	(157.769)	68.569

b. Imobilizado de Projetos

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %	Custo 2019	Adições	Custo 2020	Deprec.	Imobilizado
					Acumulada 2020	Líquido 2020
Equipamentos de Informática	20%	-	12.971	12.971	-	12.971
Total		-	12.971	12.971	-	12.971

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2020	2019
Salários a Pagar	11.380	15.717
INSS a Pagar	20.822	16.488
FGTS a Pagar	14.392	10.462
PIS sobre Folha	3.115	2.624
IRF sobre Folha	36.319	36.784
Provisão de Férias	97.146	69.821
Total	183.174	151.896

8. PROJETO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Em 2017, o Fórum Brasileiro firmou o termo de fomento nº 852618/2017, denominado “Fundo de Direitos Difusos - Aprimorando o papel das polícias no enfrentamento à violência contra a mulher” executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de contribuir para a articulação entre os diversos segmentos para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Recursos		Saldo em 31/12/2020
				Aplicados - Custos	Imobilizações	
Termo de Fomento FDD 852618/2017	201.373	-	843	(80.095)	-	122.121
Total	201.373	-	843	(80.095)	-	122.121

9. PROJETOS A REALIZAR

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados pelo regime de competência ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Recursos		Saldo em 31/12/2019
				Aplicados - Custos	Imobilizações	
Avon (I)	49.840	62.500	428	(79.154)	-	33.614
OSF 2018/42287 (VIII)	311.493	-	1.874	(262.606)	-	50.761
Caixa Seguradora 178/2018 (IX)	50	-	-	-	-	50
Porticus 2019 (VII)	432	-	-	-	-	432
OSF/2018/48584 (II)	525.613	-	7.696	(498.868)	-	34.441
Ford 133384 (III)	363.629	1.086.000	2.831	(1.030.643)	-	421.817
OAK Foundation (IV)	548.706	-	7.188	(486.000)	-	69.894
Comissão ARNS (V)	395.347	253.080	6.348	(506.777)	-	147.998
CNJ BRA/18/19 (VI)	120.587	587.260	693	(682.885)	-	25.655
ICS (X)	-	666.000	371	(295.291)	(12.971)	358.109
LAFER 2020 (XI)	-	66.537	21	(36.427)	-	30.131
OSF/2020/72921 (XII)	-	445.684	38	(1.835)	-	443.887
Total	2.315.697	3.167.061	27.488	(3.880.486)	(12.971)	1.616.789

Abaixo demonstramos o confronto dos saldos de projetos a realizar com o saldo de caixa e equivalentes de caixa com restrição (Nota 4):

Descrição	Saldos projetos a realizar em 31/12/2020	Confronto de saldos Projetos x Caixa	Saldos de caixa	
			e equiv. de caixas em 31/12/2020	Contas a pagar e obrigações em 31/12/2020
Avon	33.614	33.614	9.231	24.383
OSF 2018/42287	50.761	50.761	53.781	(3.020)
Caixa Seguradora 178/2018	50	50	-	50
Porticus 2019	432	432	-	432
OSF/2018/48584	34.441	34.441	90.205	(55.764)
Ford 133384	421.817	421.817	462.490	(40.673)
OAK Foundation	69.894	69.894	58.754	11.140
Comissão ARNS	147.998	147.998	201.103	(53.105)
CNJ BRA/18/19	25.655	25.655	95.343	(69.688)
ICS	358.109	358.109	351.015	7.094
LAFER 2020	30.131	30.131	(21.751)	51.882
OSF/2020/72921	443.887	443.887	443.887	-
	1.616.789	1.616.789	1.744.058	(127.269)
Termo de Fomento FDD 852618/2017	122.121	122.121	124.931	(2.810)
Total	1.738.910	1.738.910	1.868.989	(130.079)

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

- (I) **Avon** – Seleção e premiação de boas práticas de atendimento às mulheres vítimas de violência nas instituições policiais, no sistema de justiça criminal e iniciativas que atuam em rede. Promoção do diálogo entre policiais, juízes, promotores e pesquisadores no enfrentamento à violência contra a mulher na 13ª edição do Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Produção de pesquisa sobre a relação entre violência doméstica e futebol.
- (II) **OSF/OR2018/48584** - Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.
- (III) **Ford 133384** – Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.
- (IV) **Oak Foundation** - Realizar tipologia para monitoramento dos casos de morte por uso da força policial. Influenciar o debate público das instituições de justiça criminal a respeito do uso da força policial.
- (V) **Comissão Arns** – A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns quer ajudar na proteção da integridade física, da liberdade e da dignidade humana dos que possam estar ameaçados.
- (VI) **CNJ BRA 2018/2019** – Projeto que tem por objetivo o fortalecimento do monitoramento e fiscalização do sistema prisional e socioeducativo.
- (VII) **Porticus** – Recursos destinados ao projeto Women incarcerated and the flow of criminal justice system.
- (VIII) **OSF 2019/42287** - Promover e avaliar programas de redução de homicídios na América Latina e no Caribe.
- (IX) **Caixa Seguradora 178/2019** - Parceria a construção de projeto para elaboração de protocolos de atendimento às mulheres vítimas de violência, na qual haja a documentação das boas práticas e experiências bem-sucedidas nas instituições policiais, voltadas ao atendimento das violências doméstica e sexual, formatando protocolos de atendimento pelas polícias.

- (X) **ICS Instituto Clima e Sociedade** - O objetivo geral deste projeto, realizado em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), é analisar a dinâmica dos conflitos violentos na Amazônia de forma que seja apresentado como resultado a elaboração de uma cartografia da violência na região da Amazônia Legal, compreendendo como se dá a difusão de homicídios e outros crimes violentos na região e em que medida este fenômeno está relacionado a expansão das fronteiras agrícolas e extração de recursos naturais, a expansão do comércio ilegal de drogas e a conflitos entre trabalhadores rurais e grupos empresariais.
- (XI) **LAFER 2020** - O projeto Carreiras, custos e atribuições dos policiais militares no Brasil visa construir cenários para a revisão e/ou modernização dos mecanismos de ingresso e progressão nas carreiras policiais, em especial da Polícia Militar. A proposta é, em sinergia com o que está sendo feito no Ceará, construir uma proposta de reestruturação das carreiras policiais, revisando atribuições, critérios de ingresso, progressão nas carreiras e de incentivos oferecidos a estes profissionais.
- (XII) **OSF/2020/72921** - O objetivo dos recursos concedidos é apoiar a segunda edição do projeto "Monitoramento do uso da força letal" que será conduzido em 8 países na América Latina e Caribe.

10. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o montante dos processos com probabilidade de perda provável era de R\$ 313.037, sendo R\$ 213.037 de natureza cível e R\$ 100.000 de trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia processos com expectativa de perda possível que requeresse divulgação nas demonstrações financeiras.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do período (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados pela organização com órgãos públicos ou internacionais no âmbito da segurança pública. No exercício de 2020, foram executados contratos firmados com:

- (i) Casa Civil do Estado do Ceará (Contrato 044/2015) - Realização do projeto “Pesquisa, desenvolvimento do modelo de gestão e monitoramento do programa pacto por um Ceará pacífico”.
- (ii) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (Contrato PMT/SEMPPLAN/UGP LAGOAS DO NORTE Nº 24/2018) – Elaboração do Plano Municipal de Prevenção de Violência e Programa de Assistência Técnica e Capacitação Relacionada a Prevenção da Violência.
- (iii) Banco Mundial (Contrato 7187250) - O objetivo deste serviço é coordenar a organização de uma conferência de alto nível sobre prevenção da violência no Brasil. Isso faz parte da abordagem Programática à prevenção da violência e à segurança pública no Brasil.
- (iv) Banco Mundial (Contrato 7188789) - O objetivo deste serviço é elaboração e organização do Plano Decenal.

13. DOAÇÕES

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

14. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidades de Lucros, a Entidade registra contabilmente o valor como devido fosse, dos trabalhos voluntários, inclusive dos membros do Conselho de Administração. A estimativa destes valores é realizada com base nas horas dedicadas pelos membros do Conselho às atividades do Fórum.

Para os exercícios de 2020 e 2019 houve um pequeno volume de horas incorridas na participação de reuniões, não sendo representativas para registro.

15. CUSTO DOS PROJETOS PRIVADOS

A Entidade reconheceu em 2020 o montante de R\$ 3.960.581 (R\$ 3.640.296 em 2019) em custos projetos privados, conforme demonstrados nas Notas 8 e 9. Os recursos dos projetos foram aplicados da seguinte forma:

	2020	2019
Custo com pessoal	1.168.372	859.093
Custo com serviços de terceiros	2.444.096	2.065.981
Custos gerais	315.405	685.407
Custos tributários	7.038	4.204
Custos financeiros	25.670	25.610
Total	3.960.581	3.640.296

16. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

17. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2020, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade não apresentou fatos ou eventos relevantes em período subsequente a essas demonstrações financeiras.

19. COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada como um surto pandêmico pela mesma Organização.

Desde março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas e entidades em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros esperado é o de retração dos Produto Interno Bruto - PIB da maioria dos países. No Brasil é projetada uma retração de 4,41% em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central do Brasil.

No Brasil, as medidas de restrição contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais. Dado este cenário, a Administração estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação da situação, alinhado com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

Cuidado com os colaboradores:

Adoção de teletrabalho (home office) para os colaboradores, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco e adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, incremento de ações práticas relativas a orientação, informação, treinamentos respeitando as medidas de segurança, e conscientização relativos a comportamentos preventivos contra a crise sanitária. Adoção frequente de peças de endomarketing aliadas ao monitoramento do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva.

Impactos econômico-financeiros:

Em 2020 o maior impacto decorrente da pandemia de Covid-19 que refletiu no Fórum, foi a redução considerável nas receitas devido a não realização do 14º Encontro Anual de forma presencial. Por ter sido realizado de forma online, houve uma redução significativa nas receitas de patrocínios e inscrições.

Para minimizar essas perdas o Fórum vem de realizando ações para redução de custos em geral e despesas fixas.

Entendemos que as incertezas econômicas e políticas e, também, o aparecimento das variantes do vírus possam, ainda, gerar impactos econômicos e financeiros em 2021, contudo não é possível mensurar os efeitos com razoável segurança.

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP131987/O-3

